



Curso de Contabilidade no Terceiro Setor e suas particularidades

**Novas regras de
acordo com a ITG 2002**

Palestrante:

Claudinir de Goes Junior

Contador Voluntário

Coordenador Estadual PVVC

Palmas-TO Maio-2017



BREVE EXPLICAÇÃO - Internacional

- As normas IFRS foram adotadas (entre outros) pelos países da União Europeia pelo regulamento (CE) n.º 1725/2003 da Comissão Europeia, de 21 de setembro de 2003 (atualizado pelo Regulamento (CE) n.º 1126/2008) com o objetivo de harmonizar as demonstrações financeiras consolidadas publicadas pelas empresas abertas europeias. A iniciativa foi internacionalmente acolhida pela comunidade financeira. (cnc.min-financas.pt)

Atualmente numerosos países tem projetos oficiais de convergência das normas contábeis locais para as normas IFRS, inclusive o Brasil. Em aplicação da nova Lei das SAs 11.638/07, as normas IFRS estão sendo atualmente adaptadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e incluídas nas práticas contábeis brasileiras pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e agencias reguladoras (ANEEL).



Histórico - Internacional

- A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) confirmou, no dia 13 de julho de 2007, que a partir de 2010 as companhias abertas brasileiras adotariam obrigatoriamente as normas internacionais definidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) em suas demonstrações contábeis financeiras. A regra foi acatada pela Instrução CVM nº 457, que permaneceu em audiência pública por cerca de dois meses.

Devido às alterações da Lei 11.638/07 o CPC emitiu Pronunciamentos e Orientações Técnicas que já foram aprovados e alguns estão em audiência pública sempre que necessário atualização ou convergência.

IFRS SME = PME
A partir 2015

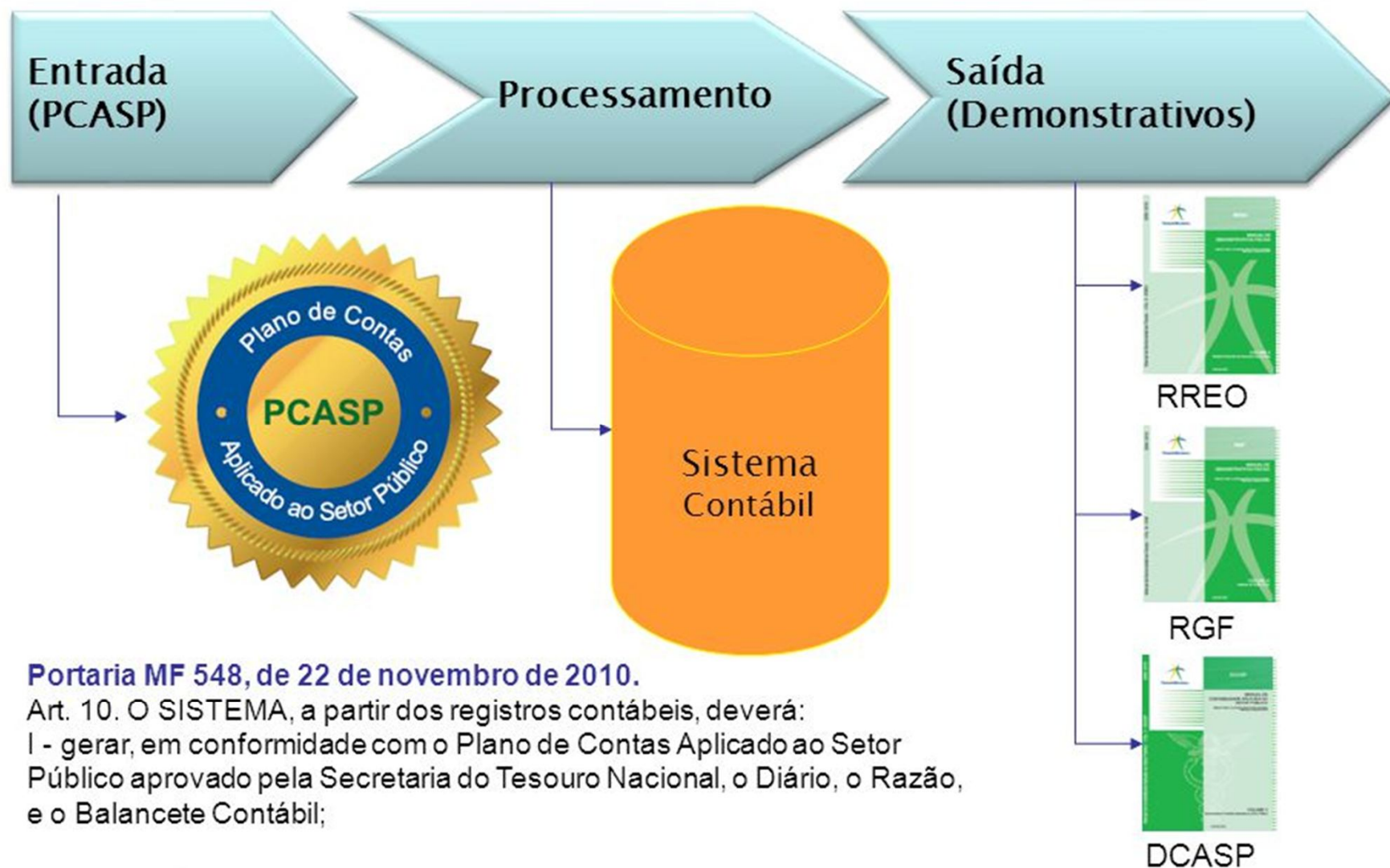


IFRS X CPC – Equivalências **Sistema CFC - Conselho Federal de Contabilidade** **CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis**



CPC		IAS / IFRS	
CPC 00	Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis	-	-
CPC 01	Redução ao valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	IAS 36	Redução do valor recuperável de ativos
CPC 02	Efeitos das mudanças nas taxas de cambio e conversão de demonstrações contábeis	IAS 21	Efeitos de mudanças nas taxas de cambio
CPC 03	Demonstração dos fluxos de caixa	IAS 7	Demonstração dos fluxos de caixa
CPC 04	Ativos intangíveis	IAS 38	Ativo intangível
CPC 05	Divulgação de partes relacionadas	IAS 24	Partes relacionadas
CPC 06	Operações de arrendamento mercantil	IAS 17	Arrendamentos
CPC 07	Subvenção e assistência governamentais	IAS 20	Subvenções governamentais
CPC 08	Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários	-	-
CPC 09	Demonstração do valor adicionado (DVA)	-	-
CPC 10	Pagamento baseado em ações	IFRS 2	Pagamentos baseados em ações
CPC 11	Contratos de seguro	IFRS 4	Contratos de seguro
CPC 12	Ajuste a valor presente	-	-
CPC 13	Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08	-	-
CPC 14	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, mensuração e evidenciação (revogado pelos CPCs 38, 39 e 40)	-	-
CPC 15	Combinação de Negócios	IFRS 3	Combinação de Negócios
CPC 16	Estoques	IAS 2	Estoques
CPC 17	Contratos de Construção	IAS 11	Contratos de construção
CPC 18	Investimento em coligadas e em controlada	IAS 24 IAS 28	Partes relacionadas Sociedades ligadas
CPC 19	Investimento em investimentos controlados em conjunto "joint ventures"	IAS 31	Participações em empreendimentos conjuntos

Implementação de um Padrão para o País



Portaria MF 548, de 22 de novembro de 2010.

Art. 10. O SISTEMA, a partir dos registros contábeis, deverá:

I - gerar, em conformidade com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional, o Diário, o Razão, e o Balancete Contábil;



2015

2008

2009

2012

2013

2014



**Portaria
MF 184/08**

LC 131/2009

Dec 6.976/2009

**IPSAS
Traduzidas**

IPCs

**PCASP
obrigatório
p/toda a
Federação**

SICONFI

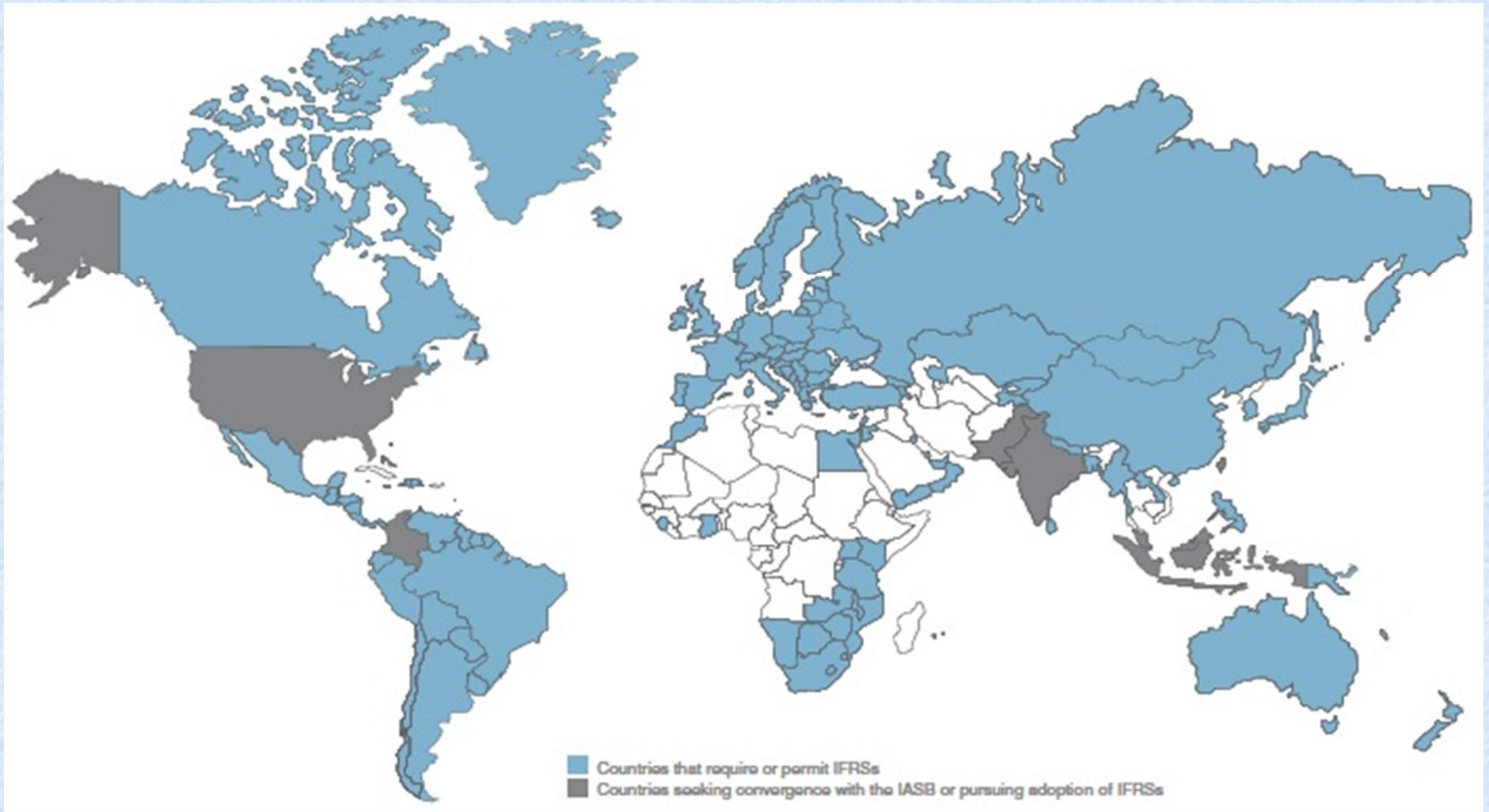
NBC T SP



**Manual de
Contabilidade
Aplicada ao
Setor Público
PROCEDIMENTOS
PATRIMONIAIS**

Adoção do IFRS no Mundo - Brasil o CPC faz a convergencia

A sigla IFRS em inglês significa International Financial Reporting Standards, que traduzido para a nossa linguagem quer dizer Normas e Padrões Internacionais de Contabilidade.



Introdução

- Há um apelo na humanidade pela melhor compreensão do uso dos recursos na sociedade, sejam pelo setor público como pelas empresas, e ainda os oriundos de pessoas mais afortunadas que sempre são vistas com maior intensidade.

A contabilidade pela sua responsabilidade social tem evoluído como ferramenta às pessoas, empresas e governos para suprir esses anseios sociais de informações e controles dignos de uma nova sociedade organizada a nível internacional.



NÚMEROS E DADOS DAS FUNDAÇÕES E ASSOCIAÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS NO BRASIL (Fasfil)

Em 2010, havia 290,7mil Entidades:

Religião (28,5%)

Associações patronais e profissionais(15,5%)

Desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%)

As áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social (políticas governamentais) totalizavam 54,1 mil entidades (18,6%).

Fonte: IBGE 2010, Abong

Cenário da Legislação

- Mesclando o sistema tributário brasileiro (CTN Art. 9º ao 14º), as normas da Receita Federal e em conjunto com o Novo Código Civil, alteraram-se as abordagens legais e de responsabilidade aos gestores e aos contadores, em especial citado nesse caso.
- Para a manutenção da legítima imunidade e isenção tributária nos casos aplicáveis fica ao encargo das entidades cumprir uma série de requisitos de posse da administração, sendo os principais de cunho financeiro e contábil, com as devidas publicações legais.

Imunidade e Condições Isenção

- Constitucional (CF Art. 150 vedação) e Tributaria (CTN, atendidos os requisitos);
- Controle correspondente a realidade das Receitas e Despesas (Demonstrações Contábeis);
- **Regularidade Fiscal** em dia (Certidões);
- **Certificações** – As entidades devem atender os critérios das políticas públicas para ter e manter as isenções previdenciárias patronais;
- Simples Social (**projeto em andamento**).
- **IR sobre Aplicação Financeira e Taxas Bancárias.**

Responsabilidade x Informações

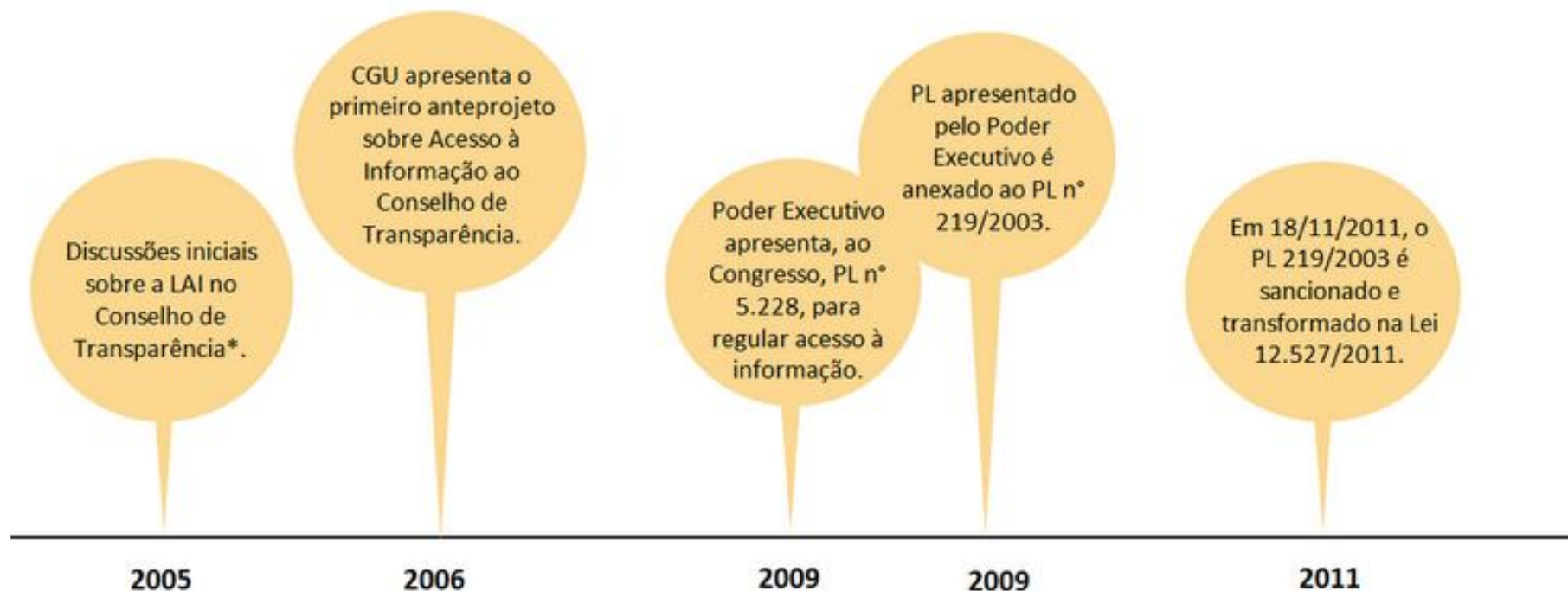
L.R.F. LC 101/00 Art.50 “Além das Normas de Contabilidade, estas”;
C.C. – P.J. Os administradores e demais membros da OS serão responsáveis pelos atos que praticarem em excesso à competência que lhes foi atribuída ou quando desvirtuarem o fim da constituição.

L.A.I. [LEI 12.527/11](#): Art. 1º (...) I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;
II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Histórico da LAI

Conheça o fluxo de apresentação e tramitação até a sanção da Lei de Acesso à Informação no Brasil.



*Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção

NOVAS ORIENTAÇÕES SOBRE AS REGRAS GERENCIAIS

- Gestão Administrativa, Financeira e Contábil, práticas para entidades sem fins lucrativos;
- As Entidades do Terceiro Setor estão inclusas neste contexto de mudança IFRS PME, Limite = SN 3,6mi;
- As IFRS completas são dirigidas basicamente às companhias de capital aberto e às enquadradas pela Lei n.º 11.638/07 — Companhias de grande porte (Ativo Superior a R\$ 240.000.000,00 ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00) —, além daquelas obrigadas por órgãos reguladores (CVM, BCB, Susep).

Tecnologia: Teoria x Prática

As barreiras criadas pela tecnologia

Nos dias atuais é muito comum vermos os jovens e muitas vezes os adultos, “presos” a tecnologia.





Modernização

No sentido de combater a sonegação, a Receita Federal do Brasil adquiriu o supercomputador **T-Rex (Tiranossauro Rex)** e o **Software Harpia** - Parceria **ITA Unicamp**.

Esse hardware, que processa 2,860 milhões de instruções por segundo, é capaz de **cruzar informações**, com rapidez e precisão, de um número de contribuintes equivalente ao de contribuintes do Brasil, dos EUA e da Alemanha juntos.



SUS usará supercomputadores para integrar dados de prontuários eletrônicos

Ministério da Saúde já comprou três supercomputadores por R\$ 67 milhões para integrar informações do país. Porém, eles só estarão prontos para uso em março de 2017.

Por Grazielle Frederico, G1 DF

08/12/2016 11h54 · Atualizado 08/12/2016 11h55



Ministro Ricardo Barros durante anúncio feito nesta quinta-feira sobre uso de supercomputadores no projeto do prontuário eletrônico (Foto: Grazielle Frederico/G1)

10° - Cray XC30 (Estados Unidos)

O único novato neste top 10, o Cray XC30 está instalado em uma base não informada de uso reservado ao governo dos Estados Unidos, esta é a razão do porquê ele não possui uma imagem. Dado todo o segredo acerca deste supercomputador, muitos especulam que ele esteja ligado a NSA ou outras agências de defesa do país. Ele possui mais de 225 mil núcleos responsáveis por processar cerca de 3,1 Pflop/s.



Ranking Mundial de Supercomputadores

- 9° - Vulcan (Estados Unidos)
- 8° - JuQUEEN (Alemanha)
- 7° - Stampede (Estados Unidos)
- 6° - Piz Daint (Suíça)
- 5° - Mira (Estados Unidos)
- 4° - K Computer (Japão)
- 3° - Sequoia (Estados Unidos)
- 2° - Titan (Estados Unidos)





1º - Tianhe-2 (China)

Pela terceira vez seguida a liderança da lista fica com o Tianhe-2, com uma capacidade de processamento de 33,86 PFlop/s. O equivalente a mais de 33 quatrilhões de operações de ponto flutuante por segundo. Esta máquina é constituída por 3.120.000 núcleos de processamento e 1.024.000 GB de memória RAM.

Mark Zuckerberg, **CEO do Facebook**, compartilhou recentemente algumas imagens do datacenter da rede social que fica na Suécia. No espaço trabalham 150 pessoas, mas não se engane: é lá que são armazenados, em grande parte, os **dados de mais de 1,5 bilhão de pessoas**.



Padronização

- Nas Normas de Contabilidade, abordamos diretamente a objetividade da nossa área de atuação e sendo assim, como todos os contadores do Brasil, nos sentimos lisonjeados a estar dentro dessa importante perspectiva na mudança de cenário das Instituições.
- Essas mudanças trarão mais transparência e consolidarão mecanismos de manutenção do Terceiro Setor (Entidades Sociais) no campo nacional e também internacionalmente.
- Facilitando a compreensão em nível de uma profunda padronização para controle dos benefícios econômicos que tais mecanismos de atuação trarão eficientemente.
- IFRS, IAS, CPC, CFC, CVM, dentro outras.

REFLEXOS DA NOVA LEI (Atual)

- **Estatuto Social (Associações)**
Diretoria, Objetivos, Atuação, Associados, Recursos, Constituição e Funcionamento Deliberação, Alterações e Dissolução, Gestão e Aprovação, Remuneração, Bens.
- **Controles Internos;**
- **Plano de Contas (ITG 1000);**
- **Escrituração Contábil;**
- **Demonstrações Contábeis;**
- **Prestações de Contas;**
- **Responsabilidade dos Gestores;**
- **Cruzamento de Informações.**

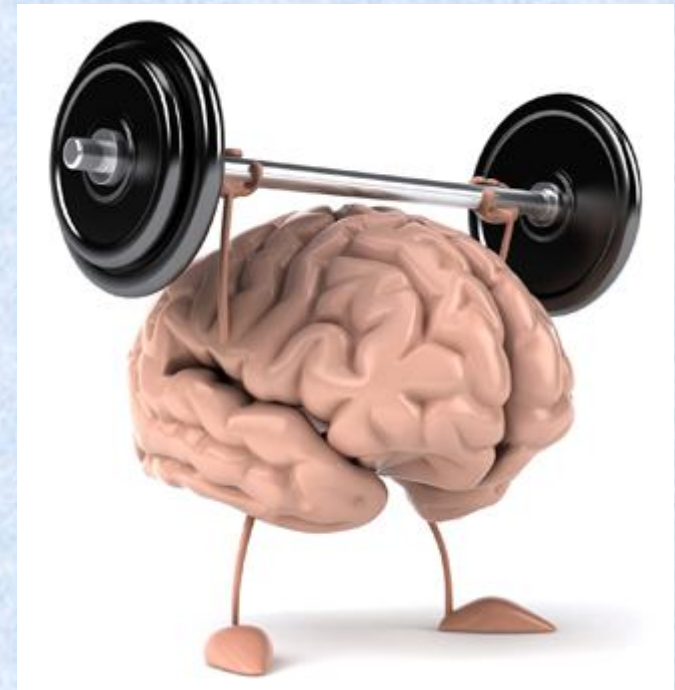


DESAFIO x OPORTUNIDADE

Adequar a sua Entidade aos critérios estabelecidos nas Leis 12.101/09, 12.868/13, certificação das entidades beneficentes de assistência social

**** Marco Regulatório ? ****

- Decreto 6.308/07, entidades e organizações de assistência social
- Decreto 8.242/14, processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social
- Portarias 1.970/11 (MS), processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde (CEBAS - SAÚDE) e 353/12 (MDS), certificação de entidades beneficentes de assistência social, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para cada área de atuação



Mudanças – “Se livrar do Antigo”

- Apresentaremos alguns pontos das novas regras e mudanças essenciais para melhor apresentação dos Relatórios da Gestão e das Demonstrações Contábeis, entretanto sabemos da dificuldade e custo para implantação de todas as normativas aqui demonstradas da atuação.
- Mas independentemente do tamanho da entidade, nas transferências públicas, em qualquer dos casos, os controles devem ser completamente pontuados, e nos casos de não

incidência devem conter nos relatórios que tais pontos não incidem e justificar o motivo.





Simplificação “Necessária”

- É patente que em alguns casos, digo em pequenas instituições esses controles devam ser significativamente reduzidos tanto pela não incidência como pela baixa complexidade de suas atuações.
- Especialmente as que tem faturamentos acima de cento e vinte mil anual e posteriormente aos que tem faturamento superior a três milhões e seiscentos mil reais devem ter controles melhores elaborados.
- Pelas exigências poderão ser solicitadas tantos nas esferas publicas quanto na privada, financiadoras de atividades em alguns casos.

Pontos de Abordagem Inicial

Prestação de Contas ao Governo e a Sociedade:

- Plano de trabalho
- Relatório de atividades
- Demonstrações contábeis
- Informações bancárias
- Inventário patrimonial
- Parecer do Conselho Fiscal
- Relatório de Auditoria Independente *
- Cópia de Convênio, Contrato e Termo de Parceria
- **Normas e Modelos do Concedente.**



Controle de Organização

- **Relação Custo/Benefício**
Custo de um controle não deve exceder os benefícios que ele possa proporcionar
- **Definição de Responsabilidades e Autoridade**
Fixado e limitado de forma precisa – Manual de Procedimentos
- **Segregação de Funções**
Operação de Centros de Custos e Projetos
- **Acesso aos Ativos**
Direto e indireto na utilização de Bens
- **Estabelecimento: Comprovações e Provas Independentes**
Comparar/Conciliação de registros analíticos



Controle da Gestão Bens e Financeira

- **Controle do Imobilizado / Patrimônio**
Depreciar, amortizar ou exaurir os bens do ativo imobilizado
- **Controle de Contas a Pagar**
Dívidas contraídas com fornecedores, obrigações com o Fisco, com prestadores de serviços e outras saídas
- **Controle de Contas a Receber**
Recursos públicos, doações, convênios, subvenções e vendas
- **Conciliação dos Controles** (* Não manter Tesouraria)
Comparativo entre as movimentações e Conciliação Bancárias
- **Controle Orçamentário**
Estimativas, avaliações, cálculos, previsões, antecipada.

LEI Nº 12.007 2009

Emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos (concessão) ou privados.

Obrigadas a emitir e a encaminhar ao consumidor declaração de quitação anual de débitos.

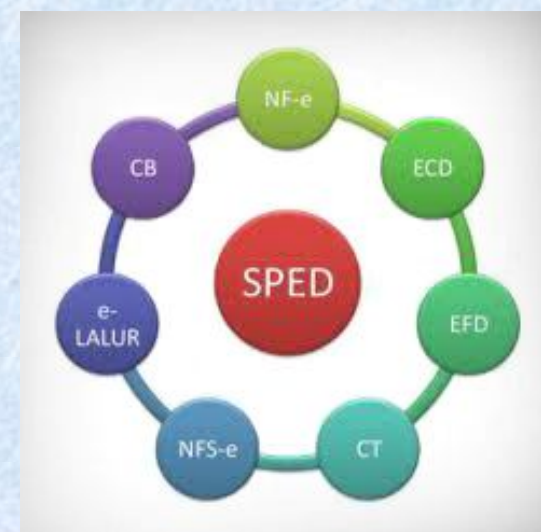
Meses de janeiro a dezembro de cada ano.

- Quitarem todos os débitos no ano em referência.
- Parcial e questionado judicialmente também.
- Mês de maio do ano seguinte ou no mês subsequente à completa quitação do ano anterior.
- Informação: ela substitui a comprovação. **Sanções.**

Plano de Contas (Nova Estrutura SPED)

- Plano de contas
Padrão e Estrutura de Contas
- Sintética x Analíticas
3 Níveis + Notas Explicativas
- Sistema de Informações
ERP e Informações (Atendimento e Gerenciais)
- Associação e Outras
- Cooperativas e Outras

Receitas Próprias e Outras



Reconhecimento de Transações Econômicas



- Transações envolvendo fundo fixo de caixa ou fundo rotativo de caixa
- Transações envolvendo aplicação de excedente de caixa
- Reconhecimento da receita de prestação de serviço
- Reconhecimento da transação de prestação de serviços
- Identificação dos recebíveis

Data	N.º Doc.	Débito	Crédito	Valor	Histórico
10/3/2013	035	1.1.2.02	1.1.2.04	500,00	Vr cheques a depositar
10/3/2013	035	1.1.2.03	1.1.2.04	300,00	Vr cartão de crédito a receber
10/3/2013	035	1.1.2.20.01	1.1.2.04	200,00	Vr gratuidade a conceder

Presunção da renúncia fiscal dos tributos indiretos

Corresponde ao valor dos tributos direto e indireto que a entidade sem a finalidade de lucros estaria obrigada a pagar, caso não gozasse do benefício

Data	N.º Doc.	Débito	Crédito	Valor	Histórico
10/3/2013	035	2.1.1.04.04	2.1.1.06.04	500,00	Suspensão exigibilidade ISSQN

Data	N.º Doc.	Débito	Crédito	Valor	Histórico
31/3/2013	120	2.1.1.06.04	5.1.1.03.xx	500,00	Renúncia fiscal ISSQN

	20x1	20x0	Ato Legal
IMPOSTO A			
IMPOSTO B			
IMPOSTO C			
Contribuições			
Taxas			
OUTROS			
SOMA			

Imobilizado x Depreciação

- Reforça a necessidade de controle do Imobilizado pela Vida Útil
- O bem recebido em comodato passou a alterar a situação patrimonial do comodatário, desde que no contrato apresente três características:
 - a) benefícios;
 - b) riscos e
 - c) controle desses bens



Modelo de Mapa Analítico de Imobilizado x Depreciação

MAPA ANALITICO DE IMOBILIZADO - REF: 2015								
LOCAL: Recepção e Sala de Espera								
Observação: No movimento não há registro de baixas ou transferências de imobilizado, somente adições e saldos iniciais transportados.								
Nº de Ativo	Categoria	Descrição	Estado	Finalidade de Uso	Aquisição	Forma de Cálculo	Meses Fiscal	Valor Estimado
	Móveis	Armário com gavetas e prateleiras, em MDF, branco, 210x210x55	Em uso	Arquivo de Prontuários	Jan./2014			R\$ 5.375,00
	Móveis	Balcão em L, em MDF, branco, 220x160x110x50	Em uso	Atendimento ao Cliente	Jan./2014			R\$ 2.054,00
	Equipamento	Bebedouro Elétrico, de parede, marca Soft Plus	Em uso	Atendimento ao Cliente	Jan./2014			R\$ 1.050,00
	Equipamento	Telefone s/fio Intelbrás TS 3110 - 2 Unidades	Em uso	Atendimento ao Cliente	Jan./2014			R\$ 380,00
	Equipamento	PC completo - CPU Itautec W7 i3; Memória 2GHZ; Monitor AOC 14"	Em uso	Atendimento ao Cliente	Jan./2014			R\$ 1.880,00
	Utensilio	Sineta de mesa de Secretária - inox - manual	Em uso	Atendimento ao Cliente	mai/14			R\$ 35,00

Depreciação Econômica, cada empresa pode estabelecer a vida útil econômica de seus imobilizados, a seu critério, suportado e aprovado em ata e registrada em órgão competente.

Por via de Laudo Técnico externo. Por via de Laudo Técnico Interno (ABNT). Por via de identificação própria. (livre arbítrio, "achologia", etc). Desta maneira, temos:

Depreciação Econômica = De acordo com os critérios adotados pela empresa.

Depreciação Fiscal = De acordo com Receita Federal

- Na contabilidade é obrigatória a Depreciação Econômica

- No Lucro Real é obrigatório o reconhecimento pela Depreciação Fiscal (RFB)

Benefícios do trabalho voluntário



- Identificação do trabalho voluntário
- Mensuração do trabalho voluntário
- Reconhecimento do trabalho voluntário
- O trabalho voluntário, **inclusive membros integrantes dos órgãos da administração**, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Função	Tempo dispendido	Preço unitário	Preço total
Diretor Estatutário	20	300,00	6.000,00
Professor	20	200,00	4.000,00
Motorista	60	50,00	3.000,00
Contador	10	300,00	3.000,00

O valor do serviço voluntário deve basear nos valores dos salários de mercado.

D - Trabalho Voluntário

- Custos e despesas operacionais**

C - Trabalho Voluntário

- Receitas operacionais com restrição**

Contabilização de Estágio não remunerado e de trabalhos pontuais, proporcionais (eventos), diretorias, coordenações, etc.

O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

- As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.



Doações e subvenções recebidas



- Subvenção governamental em ativo monetário para manutenção de parque público
- Subvenção governamental em ativo não monetário
- Os benefícios concedidos pela entidade sem finalidade de lucros a título de gratuidade devem ser reconhecidos de forma segregada, destacando-se aqueles que devem ser utilizados em prestações de contas nos órgãos governamentais.
- Aplicada por meio de Prestação de Serviço: pelo valor efetivamente praticado

VEDAÇÕES EXPRESSAS

- A Entidade jamais poderá considerar como gratuidade ou doação a diferença entre o valor praticado com o valor contratuais.

Vedada COMPENSAÇÃO de Ativo x Passivo, Etc.

Observação: Casos Específicos.

Exemplo Saúde x UNIMED:

Venda de Serviços	10.000,00
Dedução (Renuncia Receita)..	8.000,00
Receita Liquida	2.000,00

**Concessão de gratuidade
na renúncia de receita**



IMPAIRMENT (obrigatório)

- Aplica-se aos ativos não monetários a Seção 27 da NBC TG 1000, que trata da redução ao valor recuperável de ativos e a NBC TG 01, quando aplicável
- Oportunidade de efetuar o AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial
- A realização desse ajuste deverá ser efetivada quando for comprovada “discrepância relevante de valor” entre o preço de mercado e o valor contábil.

Instrução Normativa nº 1.595/2015

Obrigadas a Entregar o SPED Contábil e ECF (art. 30-A da Instrução Normativa RFB no 1.420/2015) estão obrigadas a adotar em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2016:

I - as pessoas jurídicas imunes e isentas obrigadas a manter escrituração contábil no **ano-calendário, ou proporcional ao período** a que se refere:

- a) apurarem Contribuição para o PIS/Pasep, Cofins, Contribuição Previdenciária incidente sobre a Receita de que tratam os arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e a **Contribuição incidente sobre a Folha de Salários**, cuja soma seja superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais); ou
- b) auferirem receitas, doações, incentivos, subvenções, contribuições, auxílios, convênios e ingressos assemelhados, cuja soma seja **superior a R\$ 1.200.000,00** (um milhão e duzentos mil reais).

Novas Contas



- ***Ajustes de Avaliação Patrimonial***
- ***Reserva de Incentivos Fiscais***
- a) Ajuste para diminuir ou aumentar os valores contábeis dos elementos do “Ativo”;
- b) Ajuste para aumentar ou diminuir os valores contábeis dos elementos do “Passivo”.

INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO/DESMEMBRAMENTO

- Os ativos e passivos da sociedade a ser incorporada ou decorrente de fusão ou cisão deverão ser contabilizados pelo seu VALOR DE MERCADO, somente quando a operação for:
 - – Realizada entre partes independentes;
 - – Vinculada à efetiva transferência de controle.
- Os AAP contida no PL, serão registrados contabilmente enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos e diminuições (em decorrência da sua avaliação a preço de mercado).
- Veremos exceções estabelecidas pelo ICPC 10.
- Nestas situações é obrigatório a elaboração de um Laudo de Avaliação realizados por peritos.(Lei 11.638/07)

Ativo Intangível

- Esta Norma, determina que a **contabilização de um ativo intangível é baseada em sua vida útil** para fins da emissão de relatórios da entidade.

Um ativo intangível com vida útil finita é amortizado e um ativo intangível com vida útil indefinida não é amortizado.



Muito Importante: N.E. Contábeis

Notas Explicativas

As Notas Explicativas são informações complementares às demonstrações e visam fornecer informações necessárias para esclarecimento da situação patrimonial, de determinada conta, saldo ou transação, ou para menção de fatos que podem alterar futuramente a situação patrimonial da empresa.

Estas informações são úteis não somente aos gestores, como também aos sócios na tomada de decisão e ao fisco que ao se deparar com variações patrimoniais poderá recorrer a estas.

ITG 2002 R1 - Divulgação

As demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que contenham, pelo menos, as seguintes informações:

- (a) contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais;
- (b) os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos;
- (c) relação dos tributos objeto de renúncia fiscal; (Alterada pela ITG 2002 (R1))
- (d) as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;
- (e) os recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes de tais recursos;
- (f) os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador;
- (g) eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;
- (h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo;
- (i) informações sobre os seguros contratados;
- (j) a entidade educacional de ensino superior deve evidenciar a adequação da receita com a despesa de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;
- (k) os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observado a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil;
- (l) segregar os atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade;
- (m) todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas nos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos;
- (n) a entidade deve demonstrar, comparativamente, o custo e o valor reconhecido quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados.



SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA - HOSPITAL ALBERT EINSTEIN

CNPJ 60.765.823/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O ano foi marcado pela continuidade da expansão das atividades hospitalares e ambulatoriais da Sociedade, resultado dos investimentos de R\$ 935,8 milhões realizados nos últimos 5 anos, bem como pelo acelerado crescimento das atividades de Ensino e Pesquisa, pelo aumento das atividades relacionadas com as Parcerias Públicas e pelos ganhos na gestão da qualidade, segurança e proteção do meio ambiente. Algumas conquistas merecem destaque especial: a criação da Diretoria de Inovação e Gestão do Conhecimento, da Diretoria de Auditoria e Compliance e do Escritório de Experiência do Paciente, refletindo a importância atribuída a estas áreas; a submissão ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) do pedido de aprovação do curso de Medicina e a abertura da Unidade de Ensino Faria Lima e ampliação da Paulista em São Paulo; a celebração de um convênio para a reforma e operação do Hospital Municipal Santa Marina, cerca de 260 leitos, e inauguração da primeira Unidade de Pronto Atendimento do Município de São Paulo, sob a gestão da Sociedade; a transferência do Centro Administrativo para um edifício na avenida Faria Lima abrindo espaço para ampliação de leitos e do Banco de Sangue na Unidade Morumbi; a primeira certificação da *American Society for Histocompatibility and Immunogenetics (ASHI)* e a do Banco de Sangue pelo *Foundation for the Accreditation of Cellular Therapy*, a redesignação do *Plantree* e acreditação em nível de excelência do Hospital Municipal Dr. Moyses Deutsch pela Organização Nacional de Acreditação (ONA); e o reconhecimento do Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis pelo Guia Exame de Sustentabilidade 2014, o prêmio *Hospitalium Causa Ambiental* da Federação Brasileira de Administradores Hospitalares, a escolha pela sexta vez consecutiva como melhor hospital da América Latina pela revista *AméricaEconomia*; a co-liderança no Programa Parto Adequado com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o *Institute for Healthcare Improvement (IHI)* com o objetivo de reduzir as altas taxas de cesáreas.

QUALIDADE, SEGURANÇA E MEIO-AMBIENTE

A Sociedade continuou desenvolvendo várias iniciativas voltadas à melhoria da qualidade, segurança, redução de desperdícios e efetividade de processos. A Exposição de Qualidade, que reflete este trabalho, contou com a participação de 436 projetos, tendo sido premiadas 26 equipes de trabalho. Foram concluídos 76 projetos *Lean Six Sigma*, destacando-se melhorias na redução do tempo do processo de contagem de receitas, padronização de materiais em cirurgias ortopédicas de média e alta complexidade, diminuição do tempo de permanência de pacientes na Clínica Médica Cirúrgica, redução da liberação de agentes anestésicos para o meio ambiente e diminuição do prazo para prestação de contas dos termos de convênio com a PMSB.

O Índice de Segurança do Paciente finalizou o ano com atingimento das metas, destacando-se a redução de 15% dos eventos adversos catastróficos, uma diminuição de 61% comparado a 2009, ano em que se iniciou a coleta desse indicador. Esse resultado foi alcançado por meio de um trabalho intenso com as equipes multiprofissionais e o Corpo Clínico, na melhoria de processos diagnósticos, cirúrgicos e assistenciais. A evolução da cultura de segurança desenvolveu a capacitação na identificação de incidentes com potencial de dano grave, contribuindo para a implantação de ações preventivas. Os índices, bem como os casos que contêm lições importantes aprendidas, são apresentados mensalmente nos Comitês de Segurança do Paciente. Os indicadores de segurança são divulgados regularmente no site da Sociedade (www.einstein.br/qualidade-seguranca-do-paciente).

Foi desenvolvido um programa voltado para os acidentes biológicos, que resultou em redução de 18% sobre o ano anterior.

A taxa de frequência de acidentes com perda de tempo, medida em número de acidentes por milhão de horas trabalhadas, foi de 5,7, menor que a meta estabelecida, o que justificou a contratação de uma consultoria externa com o objetivo de rever a abordagem adotada e

buscar uma redução deste índice.

As áreas de Segurança do Paciente, Segurança do Colaborador e Meio Ambiente continuaram recebendo prioridade no planejamento e execução das ações operacionais, bem como na alocação de recursos.

Os projetos de meio ambiente tiveram importante avanço na gestão de insumos. Através de campanhas de conscientização e de ações decorrentes de um Projeto *Lean Six Sigma*, tivemos uma redução de 16,5% no consumo de água. O consumo de energia foi de 0,0045 megawatts-hora/passagem equivalente, o que significa uma redução de 13,8% em relação ao ano anterior. A troca de aparelhos de ar condicionado por modelo isento de HFC134a, gerou uma redução de 72,2% no consumo de substâncias destruidoras da camada de ozônio. Além disso, avançou-se na implantação de uma forma mais estruturada da gestão da sustentabilidade, com melhoria de 12% na adesão aos princípios do Pacto Global.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Através das atividades de prestação de serviços de assistência à saúde, de responsabilidade social e ensino e pesquisa, a Sociedade exerce um papel importante em relação a diversos públicos e comunidades - são mais de 220 mil usuários ativos cadastrados assistidos de forma privada ou pelo sistema complementar de saúde e cerca de 1 milhão de beneficiários pelo Sistema Único de Saúde (SUS) - atendidos por mais de 12 mil colaboradores e mais de 7 mil médicos credenciados. Mais de três milhões e quinhentos mil atendimentos foram realizados através de projetos administrados pelo Instituto Israelita de Responsabilidade Social.

• Responsabilidade Social

Ao longo do ano a Sociedade desenvolveu 35 projetos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI-SUS), nos quais foram aplicados R\$ 230,8 milhões, destacando-se entre eles o Programa de Transplantes, as atividades na Comunidade de Paraisópolis, a participação no Banco Público de Sangue de Cordão Umbilical (Brasilcord), a realização de exames laboratoriais para a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, atividades de capacitação e outros acordados com o Ministério da Saúde.

A Sociedade, em associação com o CEJAM - Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim", administra o Hospital Municipal Dr. Moyses Deutsch - M'Boi Mirim, que em 2014 prestou cerca de 172 mil atendimentos no Pronto Socorro e realizou cerca de 16 mil Internações, 5 mil partos e 5 mil intervenções cirúrgicas.

A Sociedade gerencia também para a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo 13 Unidades Básicas de Saúde, composta por 82 equipes assistenciais, 25 de Saúde Bucal e 6 Núcleos de Apoio à Saúde da Família, todos da Estratégia Saúde da Família, que realizaram cerca de 2 milhões de atendimentos, e 3 unidades de Assistência Médica Ambulatorial, que realizaram cerca de 900 mil atendimentos, 1 Unidade de Pronto Atendimento que realizou cerca de 400 mil atendimentos e 3 Centros de Atenção Psicossocial que realizaram cerca de 16 mil atendimentos.

A Sociedade administrou recursos da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo no valor de R\$ 272 milhões na execução destes serviços.

A Sociedade mantém um programa na Comunidade de Paraisópolis que realizou cerca de 324 mil atendimentos, sendo 150 mil referentes ao atendimento ambulatorial e 174 mil às atividades sócio educativas.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

• Hospital

O número de pacientes-dia pagantes foi de 194,8 mil, um crescimento de 0,9% sobre o ano anterior, e o de saídas pagantes 50,3 mil, um crescimento de 4,1% sobre o ano anterior. O número de leitos operacionais cresceu para 657, um aumento de 0,8% sobre o ano anterior. A taxa de ocupação média foi de 84,6%, uma queda de 0,3 ponto percentual em relação ao ano anterior.

• Medicina Diagnóstica

O número de exames de pagantes foi de 5,6 milhões, um crescimento de

6,2% sobre o ano anterior, resultado da maturação e expansão das Unidades Avançadas. No mês de agosto foi inaugurado o Laboratório de Mogi das Cruzes para prestação de serviços ao SUS.

• Ensino e Pesquisa

O número de residentes atingiu 86 e a Escola Técnica 858 alunos, sendo 396 do Programa Pronatec, crescimentos de 44,2% em relação ao ano anterior. A Faculdade de Enfermagem manteve-se com 195 alunos.

O número de alunos ativos nos cursos de Pós-Graduação *lato sensu* foi de 2.463 refletindo um crescimento de 15,0% em relação ao ano anterior. Os Cursos de Atualização tiveram 2.671 alunos, um crescimento de 50,5% em relação ao ano anterior e o Ensino a Distância fechou o primeiro ano de operação com 520 alunos. O Mestrado Profissional em enfermagem matriculou 13 alunos e a Pós-Graduação *stricto sensu* , 43, ambos em sua primeira turma. O número de horas de treinamento por colaborador foi de 43,2, próximo da meta estabelecida de 44.

O número de citações de trabalhos científicos atingiu 658, um crescimento de 11,0% sobre o ano anterior. Foram aprovados 192 novos projetos de pesquisa e há 345 em andamento.

DISPÊNDIO DE CAPITAL

Foram realizados dispêndios de capital de R\$ 215,0 milhões, sendo os principais destaques R\$ 61,3 milhões em equipamentos médicos, R\$ 44,2 milhões no desenvolvimento de um novo Sistema de Gestão Hospitalar, R\$ 28,8 milhões em infraestrutura, R\$ 16,1 milhões na transferência de áreas corporativas com o objetivo de liberar áreas na Unidade Morumbi para atender ao aumento da demanda por serviços hospitalares e R\$ 12,1 milhões de investimento do Hospital Municipal Santa Marina.

RECURSOS HUMANOS

A Sociedade contava no final do ano com 11.572 colaboradores, um crescimento de 8,9% sobre o ano anterior. A taxa de rotatividade foi de 16,2%, uma redução de 1,7 ponto percentual sobre o ano anterior, resultado da desaceleração econômica e das ações internas de retenção com foco em desenvolvimento e oportunidades internas. A taxa de absentismo foi de 1,85%, uma redução de 0,06 ponto percentual sobre o ano anterior e a Satisfação dos Colaboradores com a Liderança ficou em 77%, um aumento de 6,0 ponto percentual comparado ao ano anterior. Pela quinta vez consecutiva a Sociedade foi eleita uma das 150 Melhores Empresas para Trabalhar, pelo Guia Você S/A - Exame.

RESULTADOS FINANCEIROS

A Receita Líquida atingiu R\$ 2.038,8 milhões, um crescimento de 13,7% sobre o ano anterior, e os Custos e Despesas Operacionais R\$ 1.899,4 milhões, um crescimento de 12,6%. O Resultado Operacional Líquido foi de R\$ 149,4 milhões, 30,0% superior ao do ano anterior. O Superávit do Exercício foi de R\$176,0 milhões, 4,8% menor do que o ano anterior. Em 2013 foi feita a reversão da provisão do imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos de aplicações financeiras no valor de R\$ 50,1 milhões, sem esta reversão o crescimento seria de 30,6% sobre o ano anterior.

EXPECTATIVAS PARA 2015

O ano deverá apresentar uma deterioração do Produto Interno Bruto, elevação da inflação, dos juros e do câmbio, que poderão ter impactos sobre a demanda e os custos. A Sociedade monitorará o impacto destas variáveis sobre as suas atividades e adotará as medidas necessárias para assegurar o seu equilíbrio econômico financeiro e preservar a continuidade do seu programa de investimento.

Apesar da prioridade atribuída aos hospitais, as unidades da Sociedade têm capacidade de geração de energia própria e armazenagem de água para a manutenção das suas atividades em caso de interrupções razoáveis no fornecimento destes recursos, mantêm planos de contingências para o caso da sua falta e está adotando medidas para redução de seu consumo e robustecer a sua segurança.

BALANÇO PATRIMONIAL - Em milhares de reais			
Ativo	2014	2013	Passivo e patrimônio líquido
Circulante			Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	8.095	5.068	Financiamentos (Nota 10)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 5)	650.495	429.369	Fornecedores (Nota 11)
Contas a receber de clientes (Nota 6)	481.974	387.582	Obrigações com pessoal e encargos sociais (Nota 12)
Estoques (Nota 7)	55.853	43.374	Doações e projetos designados
Adiantamentos a empregados	9.409	7.056	Adiantamentos de clientes
Outros ativos	22.040	17.005	Adiantamentos - receitas a apropriar (Nota 13)
	<u>1.236.866</u>	<u>889.454</u>	Outras contas a pagar
			<u>3.300</u>
Não circulante			Não circulante
Realizável a longo prazo			Financiamentos (Nota 10)
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (Nota 5)	9.609	9.561	Provisão para contingências (Nota 14)
Contas a receber de clientes (Nota 6)	2.954	2.256	Adiantamentos - receitas a apropriar (Nota 13)
Depósitos judiciais (Nota 14)	55.681	50.518	Outras contas a pagar
Imóveis disponíveis para venda	4.833	5.485	<u>1.568</u>
Outros ativos	<u>3.989</u>	<u>5.619</u>	<u>402.812</u>
	<u>77.066</u>	<u>73.439</u>	Total do passivo
Intangível (Nota 8)	113.186	71.570	<u>802.073</u>
Imobilizado (Nota 9)	1.348.426	1.283.722	Patrimônio líquido (Nota 15)
Diferido	-	2.318	<u>1.973.471</u>
	<u>1.538.678</u>	<u>1.431.049</u>	Total do patrimônio líquido
	<u>2.775.544</u>	<u>2.320.503</u>	<u>1.973.471</u>
Total do ativo			Total do passivo e patrimônio líquido
			<u>2.775.544</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2014	2013
Receitas operacionais		
Atividade hospitalar e de medicina diagnóstica (Nota 16)	1.021.457	1.688.330
Atividade de ensino	53.320	41.724
Outras receitas operacionais (Nota 17)	<u>64.000</u>	<u>63.308</u>
	<u>2.038.776</u>	<u>1.793.362</u>
Despesas operacionais		
Medicamentos, descartáveis, materiais e outros (Nota 18)	(486.126)	(423.068)
Pessoal, encargos sociais, benefícios e terceiros (Nota 19)	(1.241.426)	(1.002.850)
Despesas gerais (Nota 20)	(157.832)	(148.980)
Provisão para Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional - SUS (Nota 23)	(4.324)	20.052
Depreciação e amortização	(120.341)	(121.189)
Reparos e conservação de bens	(37.194)	(29.640)
Recuperação de despesas	<u>157.856</u>	<u>117.282</u>
	<u>(1.880.387)</u>	<u>(1.678.402)</u>
Superávit operacional	<u>149.392</u>	<u>114.960</u>
Resultado financeiro (Nota 21)		
Receitas financeiras	51.755	96.199
Despesas financeiras	<u>(25.202)</u>	<u>(26.249)</u>
	<u>26.553</u>	<u>69.950</u>
Superávit do exercício	<u>175.945</u>	<u>184.910</u>

Não foram apurados outros resultados abrangentes, portanto não se apresenta uma demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS: A Sociedade Beneficente Israelita Brasileira - Hospital Albert Einstein, designada "Sociedade", foi criada em 1955 e o Hospital Israelita Albert Einstein inaugurado em 1971. A Sociedade é uma associação civil sem fins lucrativos, com sede e foro em São Paulo - SP, dedicada à promoção da saúde e desenvolvimento social, prestando serviços por meio de unidades médico-hospitalares e ambulatoriais, e realizando atividades de ensino e pesquisa, com permanente compromisso de qualidade e excelência. A Sociedade tem forte atuação no desenvolvimento social através dos projetos, convênios e parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo e

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	<u>175.952</u>	<u>184.910</u>
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o caixa		
Depreciação e amortização	120.341	121.189
Valor residual do ativo permanente baixado	889	1.105
Juros e variações monetárias provisionados sobre financiamentos	1.186	1.102
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa e glosas	(2.675)	7.989
Provisão (reversão) para estoques obsoletos	125	(377)
Provisão (reversão) para contingências	318	(61.520)
Provisão para remuneração variável	49.752	41.503
Provisão (reversão) programa de apoio ao desenvolvimento - SUS	<u>4.324</u>	<u>(20.052)</u>
	<u>360.212</u>	<u>275.849</u>
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes		
Contas a receber de clientes	(92.415)	(48.853)
Estoques	(12.604)	(4.111)
Adiantamento a empregados	(2.353)	(159)
Depósitos judiciais	(5.163)	(10.503)
Outros ativos	(3.405)	(4.555)
Fornecedores	32.542	1.238
Obrigações com pessoal e encargos sociais	(32.145)	(9.827)
Doações e projetos designados	(4.049)	62
Adiantamentos de clientes	4.698	2.383
Adiantamentos - receitas a apropriar	22.590	(2.954)
Outras contas a pagar	763	(2.001)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>258.671</u>	<u>194.093</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(230.126)	(3.077)
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	(48)	2
Imóveis disponíveis para venda	652	(3.690)
Aquisição de imobilizado e intangível	<u>(225.232)</u>	<u>(145.515)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(454.754)</u>	<u>(152.270)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captações de financiamentos	283.316	33.006
Pagamentos de financiamentos	<u>(84.206)</u>	<u>(75.782)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>199.110</u>	<u>(42.776)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>3.027</u>	<u>(953)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>5.068</u>	<u>6.021</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>8.095</u>	<u>5.068</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

empréstimos e recebíveis e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. (a) **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. (b) **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis, ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Sociedade compreendem "Contas a receber de clientes", "Demais contas a receber", "Depósitos judiciais" e "Caixa e equivalentes de caixa". (c) **Ativos mantidos até o vencimento:** São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses



* continuação

SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA - HOSPITAL ALBERT EINSTEIN

CNPJ 60.765.823/0001-30

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.3.2. Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do superávit. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do superávit em "Resultado financeiro", no período em que ocorrem. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Sociedade estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Sociedade.

2.3.3. Compensação de Instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Sociedade ou da contraparte.

2.4. Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Sociedade avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do superávit. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Sociedade pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do superávit. No decorrer do exercício, a Sociedade avaliou os ativos financeiros e não encontrou evidência objetiva que levasse estes ativos ao teste de *impairment*, exceto pela provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentada na Nota 6.

2.5. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação do serviço no curso normal das atividades da Sociedade. Se o prazo de recebimento de

a partir de 2014 de três a nove anos (2013 - de três a cinco anos).

2.11. Imobilizado: Terrenos e edificações compreendem, principalmente, unidades hospitalares, unidades avançadas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou de construção dos itens. O custo histórico também inclui os custos dos encargos sobre financiamentos tomados para a construção do imobilizado e são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Anos	
50	Edificações
8	Equipamentos médicos
5	Equipamentos de processamento de dados
10	Veículos
4	Instrumentais e aparelhamentos
10	Máquinas, móveis, utensílios e instalações

Historicamente a Sociedade não efetua a alienação de seus principais itens do imobilizado, senão na forma de sucata. A vida útil dos ativos e os valores residuais são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, não tendo ocorrido alterações significativas em relação à vida útil estimada no exercício anterior. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais" na demonstração do superávit.

2.12. Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar a eventual necessidade de redução do valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.13. Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14. Financiamentos: Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do superávit durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15. Benefícios a empregados: (a) Benefícios pós-emprego: A Sociedade não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando do encerramento de vínculo empregatício de funcionários.

(b) Planos de

efetiva de juros.

2.20. Doações: As doações para projetos específicos são registradas no passivo circulante e revertidas integralmente em projetos de pesquisas e ações sociais da Sociedade, quando então são registradas ao resultado para custeio das despesas ou para aquisições de ativos imobilizados. As doações não específicas, destinadas ao custeio normal das operações, são registradas diretamente no resultado como receita de doações. As doações suportadas por contratos são registradas como recebíveis no ativo e obrigações no passivo, sendo revertidas para o caixa na medida em que os recebíveis vão sendo liquidados e para receita quando as obrigações são cumpridas.

2.21. Conversão em moeda estrangeira - transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do superávit.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO: 3.1 Fatores de risco financeiro: As atividades da Sociedade a expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros, risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada segundo as políticas aprovadas pelo comitê de finanças. Todas as transações financeiras são identificadas, avaliadas e protegidas contra eventuais riscos financeiros. O comitê de finanças estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial: O risco associado decorre da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Sociedade não possuía financiamentos, ou ainda outros passivos e ativos em montantes relevantes, denominados em moedas estrangeiras.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade de a Sociedade incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Sociedade monitora as taxas de juros de mercado, com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas, considerado baixo, uma vez que os passivos estão atrelados, substancialmente à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(b) Risco de crédito: A política de prestação de serviços da Sociedade está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, principalmente, no tocante ao atendimento aos convênios médicos e pacientes particulares. Face à atividade, existe uma concentração de operações e recebíveis com as principais operadoras de planos e seguradoras de saúde. Com relação a clientes, do total da receita de serviços prestados, aproximadamente 78% referem-se a empresas de seguro saúde, de medicina de grupo, cooperativas médicas e empresas de autogestão e 16% a pacientes particulares. As aplicações financeiras têm sido mantidas, substancialmente, em fundos exclusivos estruturados com bancos de primeira linha (Banco Safra S.A., Banco Votorantim S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e Sulamérica Investimentos DTVM S.A.), buscando equilíbrio entre o risco de insolvência e a maximização dos rendimentos. Tais aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços. Para os bancos e outras instituições financeiras, são aceitas somente operações com entidades independentes e classificadas com rating igual ou superior a "AA" na escala da *Fitch Ratings*.

(c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma regular pela administração para assegurar que a Sociedade tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Sociedade, por taxas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até à data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa e glosas ("PCLD" ou *impairment*). Na prática, a Sociedade efetua análise de sua carteira de recebíveis para determinação dos valores de provisão quando existe uma evidência objetiva de que a administração da Sociedade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Portanto, são normalmente reconhecidas ao valor faturado e a faturar, ajustados pela provisão para *impairment*, se necessária. **2.6. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação de estoques é o da média ponderada móvel e, em geral, compreendem os materiais de utilização na operação da Sociedade (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo, etc.). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda e a provisão para estoques obsoletos (*impairment*) que possuem lenta movimentação (180 dias sem giro). **2.7. Outros ativos circulante e não circulante (realizável a longo prazo):** São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **2.8. Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Sociedade questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por decisão da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais estão apresentados no realizável a longo prazo, e atendem a definição de ativo financeiro (direito contratual de receber caixa), são classificados na categoria de empréstimos e recebíveis e mensurados pelo custo amortizado, isto é, atualizados monetariamente pela taxa básica de juros (SELIC) e índice de correção da poupança. A atualização monetária é reconhecida de acordo com sua natureza e apresentada no grupo de receitas ou despesas financeiras. **2.9. Ativos não circulantes mantidos para venda:** Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda. A Sociedade eventualmente recebe doações de imóveis com características residenciais, os quais depois de concretizada a transferência legal e física do bem, são prontamente disponibilizados para venda, e quando vendidos, os respectivos recursos são aplicados integralmente na manutenção dos objetivos da Sociedade, uma vez que fatores como a localização e característica física do imóvel, inviabilizam a transformação do mesmo para compor a operação da Sociedade. **2.10. Ativos Intangíveis - Software:** As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir software e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de três a nove anos. Os custos associados à manutenção de software são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Sociedade, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em períodos subsequentes. Os custos de desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a nove anos. **Revisão da vida útil - Software:** Em conformidade com o ICPC 10, a Sociedade realizou durante o exercício de 2014 avaliações de vida útil aplicada em seus ativos intangíveis, cujo os efeitos da nova vida útil estimada em anos passa a ser

encerramento do vínculo empregatício de funcionários. **(b) Bônus aos empregados (remuneração variável):** O reconhecimento desse bônus é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Sociedade, vis-à-vis as metas estabelecidas pela administração, estando apresentado na rubrica "Obrigações com pessoal e encargos sociais". **2.16. Outros passivos circulante e não circulante:** Os demais passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos. **2.17. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem simultaneamente uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos, é provável que uma saída de recursos seja necessário para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.18. Patrimônio líquido:** A Sociedade aplica integralmente na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos, conforme divulgado na Nota 15 e apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. **2.19. Apuração do superávit do exercício:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentado líquida de abatimentos e descontos. A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, conforme descrição a seguir. A Sociedade baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviços. **(a) Prestação de serviços - atividade hospitalar de medicina diagnóstica e de ensino:** A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, compreendendo parcelas já faturadas e outras a faturar pelos serviços prestados. **(b) Outras receitas operacionais:** Outras receitas são substancialmente provenientes de estacionamento, aluguéis e doações. As outras receitas operacionais são reconhecidas no período da efetivação das doações e/ou no período em que os serviços são prestados. **(c) Receitas financeiras:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

31 de dezembro de 2014

Ativos, conforme o balanço patrimonial	Emprestimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Ativos mantidos até o vencimento	Total
Depósitos judiciais	55.681	-	-	55.681
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados (*)	505.062	-	-	505.062
Ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado	-	659.495	9.609	669.104
Caixa e equivalentes de caixa	8.095	-	-	8.095
	<u>568.838</u>	<u>659.495</u>	<u>9.609</u>	<u>1.237.942</u>

(*) Os pagamentos antecipados estão excluídos do saldo "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

31 de dezembro de 2014

Passivo, conforme o balanço patrimonial	Outros passivos financeiros	Total
Financiamentos	441.162	441.162
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (*)	153.106	153.106
	<u>594.268</u>	<u>594.268</u>

(*) As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de

	Menos de um ano (I)	Entre um e dois anos (I)	Entre dois e cinco anos (I)	Acima de cinco anos (I)
Em 31 de dezembro de 2014 (I)				
Financiamentos (Nota 10)	69.320	83.773	111.346	176.723
Fornecedores e outras obrigações (II)	151.538	1.001	567	-
Em 31 de dezembro de 2013 (I)				
Financiamentos (Nota 10)	83.572	123.984	33.410	-
Fornecedores e outras obrigações (II)	118.592	500	434	-

(I) As taxas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas de escolha da Sociedade. (II) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. **3.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade da Sociedade para a manutenção de seus objetivos. A Sociedade monitora o capital com base na disponibilidade de caixa e índice de alavancagem financeira. A disponibilidade de caixa é monitorada pela relação do saldo de caixa e aplicações financeiras sobre receita líquida. O índice de alavancagem corresponde à dívida bruta dividida pelo capital total. A dívida bruta, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos, incluindo curto e longo prazos. Do total da dívida bruta (R\$ 441.162), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa e dos ativos a valor justo de R\$ 677.199, resulta em uma posição positiva de R\$ 236.037 para a Sociedade. **3.3. Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Sociedade para instrumentos financeiros similares. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de Indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Emprestimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Ativos mantidos até o vencimento	Total
31 de dezembro de 2014			
55.681	-	-	55.681
505.062	-	-	505.062
-	659.495	9.609	669.104
8.095	-	-	8.095
<u>568.838</u>	<u>659.495</u>	<u>9.609</u>	<u>1.237.942</u>

fornecedores, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

5. ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	2014	2013
Fundos de investimento - renda fixa	8.594	5.002
Fundos de investimento - exclusivos	660.510	433.928
	<u>669.104</u>	<u>438.930</u>
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		
Não circulante	(9.609)	(9.561)
	<u>(9.609)</u>	<u>(9.561)</u>
	<u>659.495</u>	<u>429.369</u>

**SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA - HOSPITAL ALBERT EINSTEIN**

CNPJ 00.765.829/0001-30

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As aplicações financeiras vêm sendo mantidas, substancialmente, em fundos de investimento exclusivos, que possuem liquidez e cujas rentabilidades buscam atrelar-se às taxas de juros do mercado de renda fixa nacional, notadamente à taxa de juros do CDI. Os investimentos mantidos nesses fundos são registrados pelo valor de realização e, em sua maioria, não possuem vencimentos predefinidos, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Sociedade. Os fundos exclusivos não possuem obrigações com terceiros e sua carteira de títulos é composta como a seguir demonstrado:

	2014	2013
Fundos de investimento exclusivos		
Títulos privados		
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	20.189	62.714
Debênturas	1.349	5.836
Letra financeira	46.004	23.495
Operações compromissadas/over	181.599	95.537
Títulos públicos		
Operações compromissadas/over - lastro em títulos públicos	393.717	188.646
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	17.652	14.741
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	4.065
Letras do Tesouro Nacional (LTNs)	-	38.895
	660.510	433.928

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2014	2013
Convênios e seguradoras	260.082	214.845
Particulares	109.702	96.708
Instituto de ensino e pesquisa	6.616	5.939
Contas a receber faturados	376.400	317.492
Receitas a faturar	152.731	119.224
	526.131	436.718
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(44.203)	(46.876)
	481.928	389.842

Não circulante (2.954) (2.256)
Circulante 481.974 387.582

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Sociedade são mantidas em reais. A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Sociedade não mantém nenhum título como garantia. Os vencimentos das contas a receber faturados, tem a seguinte composição:

	2014	2013
Vencidos		
Até 30 dias	34.566	20.687
De 31 a 60 dias	7.921	4.086
De 61 a 90 dias	4.082	7.039
De 91 a 180 dias	21.257	13.391
De 181 a 360 dias	23.673	15.880
Acima de 360 dias	25.531	33.743
	117.030	94.820
A vencer	250.370	222.672
	376.400	317.492

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa (Impairment), das contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total	2014	2013
Em 31 de dezembro de 2012	(38.889)		
Baixas incobráveis	20.713		
Complemento			
Glossas	(6.682)		
Devedores duvidosos	(22.020)		
Em 31 de dezembro de 2013	(46.876)		
Baixas incobráveis	29.687		
Complemento			
Glossas	(5.384)		
Devedores duvidosos	(21.621)		
Em 31 de dezembro de 2014	(44.203)		
Não foram identificados saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente fosse aplicável e relevante.			
7. ESTOQUES		2014	2013
Medicamentos e materiais		42.258	37.752

	2014		2013	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Unidade Administrativa - Francisco Morato	14.824	(4.374)	10.450	9.864
Residência Israelita Albert Einstein Paraisópolis	29.156	(4.367)	24.789	24.549
Paraisópolis	5.280	(1.444)	3.836	3.938
Outros imóveis	2.906	(375)	2.621	2.041
Boniforrilas em imóveis de terceiros				
Unidade Faria Lima	2.936	(588)	2.348	-
Unidade Paulista	1.755	(426)	1.329	1.073
Unidade Avançada Shopping Cidade Jardim	1.250	(1.250)	-	793
Crache	2.724	(1.535)	1.189	1.242
Imobilizado em andamento	131.167	-	131.167	110.581
	2.118.840	(770.423)	1.348.416	1.289.722

(b) Movimentação

	2014	2013
Saldo no início do exercício	1.289.722	1.286.114
Adições		
Terrenos	12.766	-
Equipamentos médicos	35.770	61.120
Equipamentos de processamento de dados	9.177	19.158
Veículos	-	200
Máquinas, móveis, utensílios e instalações	34.564	35.960
Instrumentais e aparelhamentos	3.375	2.711
Edificações	51.555	20.114
Imobilizado em andamento	20.586	(23.682)
Total de adições	167.793	135.381
Baixas	(889)	(1.098)
Depreciação		
Equipamentos médicos	(30.099)	(25.375)
Equipamentos de processamento de dados	(11.020)	(13.373)
Veículos	(54)	(39)
Máquinas, móveis, utensílios e instalações	(39.820)	(37.124)
Instrumentais e aparelhamentos	(1.357)	(2.320)
Edificações	(19.850)	(18.444)
Total de depreciação	(102.200)	(96.675)
Saldo no final do exercício	1.348.416	1.289.722

A renovação dos ativos da Sociedade é realizada periodicamente com base na avaliação da vida útil e conservação. De forma concomitante, acompanha as inovações e tendências do segmento médico-hospitalar, mantendo todo o seu complexo operacional dentro dos padrões de excelência. Os financiamentos estão garantidos pelo complexo das unidades Morumbi, Perdizes e Ibirapuera, que reúne terrenos, edificações e instalações no valor de R\$ 894.553, R\$ 56.727 e R\$ 14.074 respectivamente, já líquidos de depreciação, vide Nota 10.

10. FINANCIAMENTOS

	2014	2013
Financiamentos bancários		
Circulante	441.162	240.866
Não circulante	441.162	240.866
O montante a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:	(69.320)	(83.572)
Ano	371.842	157.294
2015	-	64.329
2016	63.360	59.555
2017	34.549	18.608
2018	45.335	6.717
2019	44.120	5.501
2020	42.589	4.584
2021	34.814	-
2022	34.814	-
2023	34.814	-
2024	34.690	-
2025	2.777	-
	371.842	157.294

13. ADIANTAMENTOS - RECEITAS A APROPRIAR

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Receitas a apropriar			
Em 31 de dezembro de 2013	-	-	-
Contrato de exclusividade	3.000	9.750	12.750
Doação de terreno	-	9.395	9.395
Serviços de consultoria Einstein	445	-	445
	3.445	19.145	22.590
Em 31 de dezembro de 2014			
13.1. Contrato de exclusividade:			

Em 11 de março de 2014, a Sociedade assinou contrato de exclusividade com determinada instituição financeira, relativo ao pagamento da folha de salários dos seus funcionários, com prazo de duração de cinco anos contado a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao processamento da primeira folha de pagamento, ocorrido em março de 2014. Pelo contrato de exclusividade, a Sociedade recebeu R\$ 15.000, equivalentes a 10.211 empregados, quando da apresentação da proposta comercial pela instituição financeira. Adicionalmente, o prêmio por empregado será mantido pelos cinco anos de vigência do contrato, acompanhando o plano de expansão da Sociedade, com pagamentos adicionais proporcionais ao seu prazo remanescente, sobre o crescimento líquido da base. O montante recebido da instituição financeira vêm sendo apropriado ao resultado mensalmente, durante o prazo de vigência do contrato. A receita apropriada ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 2.250. O contrato prevê que na hipótese de ocorrer a rescisão do convênio antes do término de seu prazo de vigência, a Sociedade deverá devolver o valor pago antecipadamente, proporcionalmente ao período restante para o cumprimento do convênio, acrescido de atualização monetária de acordo com o IGP-M, juros de 1% ao mês mais multa de 10% sobre o montante pago. **13.2. Doação de terreno:** A Sociedade recebeu no dia 09 de maio de 2014, a título de doação, terrenos situados na avenida Padre Lebrat. O contrato de doação contém condições que impõe a construção dentro de um prazo de 5 anos, a partir da data da doação, de uma Faculdade de Medicina no terreno, e atribui de forma permanente ao campus o nome do doador. Em conformidade com o CPC 07, o valor justo atribuído foi de R\$ 9.395.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS: (a) Nas datas das demonstrações financeiras, a Sociedade apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos judiciais		Passivo contingente	
	2014	2013	2014	2013
Contingências tributárias	54.004	40.443	366	3.860
Contingências trabalhistas	799	802	8.286	5.255
Contingências cíveis	878	273	1.606	804
	55.681	50.518	10.257	9.939

(b) A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	71.459
Adições, substancialmente atualização das contingências e novas causas	11.878
Baixas, principalmente por reversão da provisão de IRRF sobre rendimentos das aplicações financeiras e prescrição e acordos logrados de causas trabalhistas	(73.388)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	9.939
Adições, substancialmente atualização das contingências e novas causas	10.269
Baixas, por pagamentos de acordos logrados de causas trabalhistas	(9.951)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	10.257

A Sociedade é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e discute essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Os depósitos judiciais são, principalmente, decorrentes de mandados de segurança sobre importações. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, com base na opinião de seus consultores legais externos.

(c) A natureza das obrigações pode ser resumizada como segue: (I) Tributárias - referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns impostos, taxas e contribuições. (II) Contingências trabalhistas e previdenciárias - tratam-se, principalmente, de reclamações de empregados relacionadas a indenizações por demissões. (III) Cíveis - as principais ações são reclamações por indenização de danos morais e materiais. Para garantia quanto aos riscos dessas demandas, a Sociedade possui apólice de

Almoxxarfiado	2.278	2.113
Adiantamentos para aquisição de estoques	11.840	3.907
Provisão para perdas	(522)	(398)
	<u>55.953</u>	<u>43.374</u>

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em "Despesas operacionais - medicamentos, descartáveis, materiais e outros" totalizou R\$ 486.126 (2013 - R\$ 423.068).

8. INTANGÍVEL

(a) Composição

	2014		2013	
	Custo	Amortização acumulada Líquido	Custo	Líquido
Software	154.961	(99.764)	55.197	46.430
Intangível em andamento (software em desenvolvimento)	57.989	-	57.989	25.140
	<u>212.950</u>	<u>(99.764)</u>	<u>113.186</u>	<u>71.570</u>

A Sociedade vem registrando no ativo Intangível os gastos relacionados ao desenvolvimento de tecnologia da informação (software) sendo amortizados pelo prazo máximo de nove anos.

(b) Movimentação:

	2014	2013
Saldo no início do exercício	71.570	62.001
Adições		
Software	24.580	30.134
Intangível em andamento (software em desenvolvimento) (*)	32.859	-
Total de adições	<u>57.439</u>	<u>30.134</u>
Amortizações	<u>(15.823)</u>	<u>(20.565)</u>
Saldo no final do exercício	<u>113.186</u>	<u>71.570</u>

(*) A Sociedade iniciou em 2014 o desenvolvimento e implantação de um novo sistema para gestão hospitalar com o objetivo de aprimorar e atender as necessidades das áreas operacionais. A implantação da primeira fase está prevista para 2016 e a conclusão para 2018. Substancialmente, os gastos são de mão de obra e consultoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade procedeu à avaliação da vida útil de bens dos ativos intangíveis, com data-base em 1º de janeiro de 2014. Como resultado de tal avaliação, foram ajustadas as taxas de vida útil de determinados bens ao longo do exercício de 2014. O impacto decorrente da revisão da vida útil dos ativos intangíveis representa uma redução de despesas de depreciação no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$ 7.182.

9. IMOBILIZADO

(a) Composição

	2014		2013	
	Custo	Depreciação acumulada Líquido	Custo	Líquido
Terrenos	82.392		82.392	69.626
Equipamentos médicos	397.412	(256.463)	140.949	135.811
Equipamentos de processamento de dados	95.486	(72.091)	23.395	25.533
Veículos	909	(611)	298	353
Máquinas, móveis, utensílios e instalações	438.805	(190.475)	246.330	251.642
Instrumentais e aparelhamentos	25.452	(20.693)	4.759	2.746
Edificações				
Hospital - Bloco A	204.909	(81.838)	123.071	98.074
Hospital - Bloco A1	240.275	(25.128)	215.149	212.335
Hospital - Blocos B e C	49.096	(21.541)	27.555	28.180
Hospital - Bloco D	135.564	(59.346)	76.218	75.474
Hospital - Bloco E	109.477	(8.981)	100.496	97.514
Novo auditório	25.332	(1.990)	23.342	22.719
Unidade Avançada - Alphaville	29.396	(1.256)	28.140	28.526
Unidade Avançada - Ibirapuera	18.104	(4.030)	14.074	14.593
Unidade Avançada - Jardins	14.622	(6.820)	7.802	8.554
Unidade Avançada - Perdizes	61.530	(4.803)	56.727	57.961

Compõem-se como segue: Financiamento com o banco Itaú Unibanco S/A, no valor total de R\$ 250.000, com o objetivo de suportar os investimentos recorrentes do hospital para fins de aquisição, construção e reforma ou ampliação de imóveis, bem como novos projetos. Como garantia, a Sociedade cedeu o limite de 30% do montante contratado, ou seja R\$ 75.000, através de cessão fiduciária de cotas do fundo Tanzanita (banco Itaú). Financiamento obtido com o BNDES - FINEM para as obras do Plano Diretor (expansão física e tecnológica da Sociedade) no valor de R\$ 248.944, sendo R\$ 236.208 já liberados e atualizados referentes à primeira e segunda fases, com juros de 2,90% ao ano acrescidos da TJLP. Como garantia, a Sociedade hipotecou seu complexo hospitalar no valor de R\$ 894.553 já líquidos de depreciação, conforme demonstrado na Nota 9. Para o referido financiamento, foi obtida Suplementação no valor total de R\$ 127.666, sendo R\$ 91.586 já liberados em 2011 e atualizados, com juros de 2,90% ao ano acrescidos da TJLP. Financiamento obtido com o BNDES - FINEM para a construção e aparelhamento da Unidade Avançada Perdizes - Higienópolis, no valor total de R\$ 44.642, sendo R\$ 43.720 já liberados em 2011 e 2012 e atualizados, com juros de 2,55% ao ano e 3,55% ao ano acrescidos da TJLP e outro subcrédito deste mesmo financiamento (juros de 5,00% ao ano - Janeiro de 2013). Como garantia, a Sociedade hipotecou o próprio imóvel objeto do financiamento, no valor de R\$ 56.727 já líquidos de depreciação, conforme demonstrado na Nota 9. Programa BNDES Saúde, financiamento obtido para a construção e aparelhamento da nova Unidade Avançada Alphaville e outras obras na Unidade Morumbi e Vila Mariana, valor total de R\$ 55.837, já liberados e atualizados, com juros de 2,35% ao ano acrescidos da TJLP. Como garantia, a Sociedade hipotecou o imóvel da Unidade Ibirapuera (em 1º grau), e também em 2º grau o imóvel da Unidade Perdizes, nos respectivos valores de R\$ 14.074 e R\$ 56.727 já líquidos de depreciação, conforme demonstrado na Nota 9. Foi contratado financiamento junto a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) para "Expansão do Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa - IIEP", com a finalidade de desenvolvimento de novos serviços terapêuticos, no valor total de R\$ 200.585, sendo divididos em dois créditos, subcrédito A no valor de R\$ 59.444, sobre o qual incidirão pro rata tempore, juros compostos de TJLP acrescidos de 5% ao ano a título de SPREAD, reduzidos por equalização equivalente a 6% ao ano; e subcrédito B no valor de R\$ 141.141, sobre o qual incidirão juros de 4% ao ano (liberado R\$ 10.485 no mês outubro de 2014). Para cada repasse efetivado pela FINEP será descontado a taxa de 0,85% a título da "Taxa de Inspeção e Vigilância". O ajuste a valor presente não é aplicável, uma vez que esses financiamentos reúnem características próprias, sendo as condições definidas nos correspondentes contratos aplicáveis a qualquer empresa, assim como estando sua concessão limitada a financiamento de projetos. Os valores contábeis dos financiamentos de curto prazo aproximam-se de seu valor justo e de mercado, mantidos em reais.

11. FORNECEDORES

	2014	2013
Serviços - pessoa física	348	152
Serviços - pessoa jurídica	48.836	35.702
Materiais - nacionais	94.895	75.875
Materiais - importados	75	16
Outros	316	183
	<u>144.470</u>	<u>111.928</u>

12. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

	2014	2013
Provisão para férias e encargos sociais	82.936	69.699
Provisão para remuneração variável e outras	49.752	48.824
Imposto de renda na fonte a recolher	16.896	14.411
FGTS a recolher	7.421	6.206
INSS a recolher	4.112	3.573
Outras obrigações com pessoal e encargos	<u>3.552</u>	<u>4.349</u>
	<u>164.669</u>	<u>147.062</u>

seguro de responsabilidade civil com cobertura considerada suficiente pela administração para os processos julgados como de perda provável. (d) Perdas possíveis e remotas, não são provisionadas no balanço. A Sociedade responde a outros processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, fiscal e cível e embasada no entendimento de seus consultores jurídicos, a administração não tem expectativa de perdas significativas no desfecho das causas, classificadas como possíveis, as quais totalizam R\$ 42.327 (2013 - R\$ 55.572). Consequentemente, não constitui provisão para fazer face a eventual pagamento decorrente de desfecho desfavorável nestas questões. Adicionalmente, a Sociedade recebeu nos exercícios de 2006, 2008, 2010, 2013 e 2014, autos de infração referentes à sua desqualificação como entidade beneficente, exigindo o pagamento das contribuições sociais devidas ao INSS referente aos fatos geradores de 2003 a 2006, 2007, 2009 e 2010, respectivamente, no valor total de R\$1.175.061, atualizado até 31 de dezembro de 2014 (2013 - R\$ 838.917). Os fatos geradores que compreendem 1996 a 1998, não estão contemplados nos respectivos montantes em razão de decadência já reconhecida administrativamente nos termos da Súmula Vinculante de nº 8 do Supremo Tribunal Federal (STF). O risco de perda da imunidade foi reputado como remoto pela Administração, apoiada com parecer de seu assessor jurídico, não sendo, assim, requerida a constituição de provisão correspondente a essa contingência.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Conforme a legislação aplicável, a Sociedade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de seus resultados. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

16. RECEITAS LÍQUIDAS DA ATIVIDADE HOSPITALAR E DE MEDICINA

	2014	2013
DIAGNÓSTICA		
Pacientes e convênios	1.941.557	1.703.776
Deduções da receita		
Restituição a pacientes e convênios	(9.260)	(8.257)
Descontos concedidos	<u>(10.840)</u>	<u>(7.189)</u>
	<u>1.921.457</u>	<u>1.688.330</u>

17. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2014	2013
Estacionamento	19.773	16.220
Aluguéis	19.134	16.613
Doações	10.139	11.450
Contrato de exclusividade	2.560	5.043
Outras	<u>12.403</u>	<u>13.982</u>
	<u>64.009</u>	<u>63.308</u>

18. DESPESAS COM MEDICAMENTOS, DESCARTÁVEIS, MATERIAIS E OUTROS

	2014	2013
Materiais e medicamentos reembolsáveis	290.225	250.399
Materiais e medicamentos não reembolsáveis	133.929	116.989
Gasoterapia	1.915	1.806
Materiais de consumo	<u>60.058</u>	<u>53.874</u>
	<u>486.126</u>	<u>423.068</u>

19. DESPESAS COM PESSOAL, ENCARGOS E TERCEIROS

	2014	2013
Pessoal		
Salários e encargos	923.978	817.297
Benefícios	84.316	72.856
Serviços de terceiros		
Mão de obra contratada	40.063	35.064
Serviços contratados	<u>193.069</u>	<u>167.642</u>
	<u>233.132</u>	<u>202.706</u>
	<u>1.241.426</u>	<u>1.092.859</u>

As despesas com serviços de terceiros referem-se, principalmente, aos contratos firmados com prestadores de serviços de limpeza, segurança, lavanderia, médicos, tecnologia da informação, consultorias diversas e



* continuação

SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA - HOSPITAL ALBERT EINSTEIN

CNPJ 60.765.823/0001-30

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

outros. A Administração da Sociedade é composta por voluntários que, na forma da lei, não são remunerados.

20. DESPESAS GERAIS

	2014	2013
Aluguéis e condomínios	25.280	19.629
Insumos	23.743	24.201
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	23.120	22.019
Propaganda e publicidade	18.896	16.182
Outras despesas	66.793	66.949
	<u>157.832</u>	<u>149.980</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

	2014	2013
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	44.606	31.483
Reversão de IRRF sobre aplicações financeiras	-	47.660
Variações monetárias, líquidas	5.161	15.659
Juros ativos e descontos obtidos	1.988	1.397
	<u>51.755</u>	<u>96.199</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos e descontos concedidos	(19.957)	(21.965)
Tarifas bancárias e outras despesas	(5.471)	(3.937)
Variações cambiais, líquidas	226	(347)
	<u>(25.202)</u>	<u>(26.249)</u>
	<u>26.553</u>	<u>69.950</u>

22. RECEITAS E DESPESAS RESTRITAS: A Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros" estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação e de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. Em decorrência da adoção da ITG 2002, o trabalho voluntário é reconhecido pelo valor justo da prestação de serviço, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, e estão segregados pelas seguintes atividades:

	2014	2013
Administrativa	1.722	1.553
Atendimento e acolhimento	2.506	2.343
Educação e entretenimento	1.645	1.669
Assistência social	291	330
Saúde	-	53
	<u>6.164</u>	<u>6.948</u>

23. ASPECTOS TRIBUTÁRIOS: A Sociedade é uma instituição beneficente de assistência social, gozando de imunidade tributária nos termos dos artigos 150 e 195 da Constituição Federal, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal, estadual e municipal, possuindo o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), datado de 3 de fevereiro de 2009, com base no artigo 37 da Medida Provisória nº 446 de 7 de novembro de 2008, com prazo de validade de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2009. Para os triênios subsequentes, a Sociedade solicitou as renovações dos certificados em 22 de dezembro de 2009 e 26 de junho de 2012. Considerando o exposto, a Sociedade é imune ao recolhimento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos termos do artigo 12 da Lei nº 9.532 de 1997. Com relação aos demais tributos, destaca-se o seguinte: (a) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidentes sobre rendimentos de aplicações financeiras, financiamentos e apólices de seguros - Como previsto na legislação fiscal vigente, a Sociedade tem enviado regularmente às instituições financeiras com as quais realiza operações financeiras, declaração de que é imune e, por esse motivo, não está sujeita à incidência do IRRF e do IOF sobre as referidas operações financeiras. Adicionalmente, a Sociedade obteve o

reconhecimento da imunidade do imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos auferidos com as aplicações financeiras, em que foi deferida liminar e confirmada em sentença de procedência e manutenção de sentença com trânsito em julgado. Quanto ao IOF, a Sociedade ingressou com o Mandado de Segurança com objetivo de não recolher o imposto sobre apólices de seguros. Neste processo foi obtida liminar, também confirmada por sentença de procedência e manutenção de sentença. (b) Programa de Integração Social (PIS) - A Sociedade ajuizou ação ordinária, distribuída em 29 de abril de 2014, contra União Federal pedindo a inexistência da contribuição PIS/PASEP sobre a folha de salários em razão da sua imunidade tributária. A tutela foi concedida e, portanto a Sociedade está desobrigada do recolhimento do PIS. (c) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - A Medida Provisória nº 2.158-35, em seu artigo 14, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das instituições de assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532 de 1997. A administração da Sociedade, suportada por seus consultores jurídicos, entende que todas as suas receitas, incluindo as outras receitas operacionais e as receitas financeiras, decorrem de sua atividade operacional e, portanto, não estão sujeitas à referida contribuição. (d) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - A Sociedade obteve da Prefeitura do Município de São Paulo, o reconhecimento da Imunidade Tributária para 2002 e 2003, com fundamento no disposto no artigo 15º da Constituição Federal. A exemplo de anos anteriores, a Sociedade requisitou e aguarda o reconhecimento da imunidade tributária, a ser emitido pela autoridade fiscal municipal para os exercícios de 2004 a 2013. Independentemente de estar aguardando o reconhecimento da Imunidade Tributária para os anos de 2004 a 2011 a Sociedade ajuizou ação declaratória cujo objeto é o reconhecimento da imunidade do ISSQN amplo, sem as restrições impostas pelo Ato Declaratório de Imunidade. A sentença foi favorável à Sociedade e em 2011 o Tribunal de Justiça ratificou esse entendimento por votação unânime. (e) Contribuição Patronal ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - A Lei nº 12.101 de 2009, que substituiu o artigo 55 da Lei nº 8.212 de 1991, considera estar isenta do pagamento da cota patronal do INSS a entidade beneficente de assistência social, que atenda certos requisitos. A administração entende que a Sociedade se enquadra como entidade beneficente de assistência social e, por consequência, não está sujeita ao recolhimento das contribuições sociais previstas nos artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212 de 1991. Em 2006, a Sociedade teve cancelado o reconhecimento da isenção por parte do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) (Ato Cancelatório de Isenção de Contribuições Sociais nº 05/2006), tendo apresentado impugnação à referida decisão na esfera administrativa, ainda pendente de apreciação final pelas autoridades fiscais. A administração da Sociedade e seus consultores jurídicos, que estão acompanhando essa questão, indicam que é provável a chance de êxito nessa demanda e a consequente manutenção da isenção das contribuições sociais e, por esse motivo, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras. A Nota 14(d) descreve os autos de infração referentes à sua desqualificação como entidade beneficente. Em fevereiro de 2009 foi renovado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido nos termos do artigo 37 da Medida Provisória (MP) nº 446/2008, que assegura à Sociedade a isenção das contribuições sociais para o triênio de 2007 a 2009; no entanto, a referida MP não foi convertida em Lei no prazo legal e o Poder Legislativo não aprovou os projetos de Decretos Legislativos que regulariam os efeitos jurídicos decorrentes dos atos praticados durante a sua vigência. Também, contra os efeitos da referida MP, há ação civil pública em andamento a pedido do Ministério Público Federal. A administração da Sociedade acompanha o andamento da discussão judicial acerca da MP, não identificando riscos à sua condição de imunidade tributária. (f) Projetos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento

Institucional do SUS. Com base na Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, Decreto nº 7.300 de 14 de setembro de 2010, Portaria nº 936 de 27 de abril de 2011, Portaria nº 1.826 de 24 de agosto de 2012 e Portaria nº 20 de 8 de janeiro de 2013, a Sociedade celebrou com a União em 30 de dezembro de 2011 o Termo de Ajuste nº 01/2011 para implantar e executar projetos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde - PROADI-SUS para o triênio 2012 a 2014, no valor de R\$ 339.068 distribuídos em 25 projetos. Em 22 de agosto de 2012 foi celebrado o 1º Termo Aditivo para a inclusão de 1 projeto; em 9 de maio de 2013 foi celebrado o 2º Termo Aditivo para a inclusão de 1 projeto, exclusão de 2 projetos e acréscimo de valores aos projetos já aprovados; em 30 de agosto de 2013 foi celebrado o 3º Termo Aditivo para acréscimo de valores aos projetos existentes; em 04 de junho de 2014 foi celebrado o 4º Termo Aditivo para alteração do valor de 2 projetos, inclusão de 1 projeto, exclusão de 1 projeto e alteração do nome de 1 projeto; em 22 de setembro de 2014 foi celebrado o 5º Termo Aditivo para inclusão de 3 projetos; em 10 de novembro de 2014 foi celebrado o 6º Termo Aditivo para incluir 2 projetos e alterar o valor de 1 projeto; em 12 de janeiro de 2015 foi celebrado o 7º Termo Aditivo para exclusão de 1 projeto; em 27 de fevereiro de 2015 foi celebrado o 8º Termo Aditivo para exclusão de 1 projeto e acréscimo de valor a projeto já aprovado. Atualmente a Sociedade possui 28 projetos aprovados e, adicionalmente, 12 projetos assistenciais celebrados com gestores locais, perfazendo um total de 40 projetos aprovados no montante de R\$ 666.927, dos quais 34 continuam ativos, além de mais 6 projetos que foram aprovados e posteriormente cancelados ao longo do triênio, no montante de R\$ 26.984, dos quais 1 projeto foi celebrado com o gestor local. Em 2014, a Sociedade realizou investimentos nos projetos sociais aprovados pelo Ministério da Saúde e de apoio ao SUS no valor total de R\$ 229.508. Considerando os investimentos já realizados e aprovados em 2013 e 2012 que somam respectivamente R\$ 218.918 e R\$ 161.623, o total de investimentos para o triênio totaliza R\$ 610.049. As isenções fiscais gozadas nos exercícios de 2013, 2012 e 2011 somaram R\$ 603.409, sendo respectivamente: (i) Cota Patronal INSS, SAT e Terceiros - R\$ 172.891 (2013), R\$ 154.681 (2012) e R\$ 132.856 (2011); (ii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) R\$ 53.801 (2013), R\$ 47.770 (2012) e R\$ 41.410 (2011). Com a regulamentação da Lei nº 12.101/09 pelos decretos e portarias citadas no primeiro parágrafo, esclareceram que os recursos despendidos pela entidade de saúde nos projetos de apoio ao SUS não poderão ser inferiores aos valores das isenções das contribuições sociais usufruídas no exercício fiscal imediatamente anterior limitado a três anos. Os investimentos da Sociedade para o triênio nos referidos projetos superaram as isenções fiscais em R\$ 6.640 (R\$ 610.049 de Investimentos - R\$ 603.409 de Isenções fiscais).

24. SEGUROS: A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas competitivas com seu porte e suas operações. As coberturas contratadas em 2014 são consideradas suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, com base na natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, conforme a seguir:

Ramos	Coberturas	Importâncias seguras
Automóvel	Colisão, incêndio, roubo e furto	636
Riscos operacionais	Edifícios, benfeitorias, maquinismos, móveis e utensílios	988.045
	Lucros cessantes	476.700
	Transporte de mercadorias inerentes ao ramo de atividade	500

Adicionalmente, a Sociedade contratou seguros de responsabilidade civil para cobertura dos riscos inerentes à sua atividade e dos administradores.

Auditoria

- Necessidade da contratação de auditoria independente
- Visão geral do processo de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis
- Relatórios emitidos pelos auditores independentes



X



DIRETORIA ELEITA

Claudio Luiz Lottenberg - Presidente
Alexandre Roberto Ribenboim Fix - Vice-presidente
Claudio Schvarzman - Vice-presidente

Dominique José Einhorn - Vice-presidente
Eduardo Zlotnik - Vice-presidente
Flávio Tarasoutchi - Vice-presidente

Henri Philippe Reichstul - Vice-presidente
Nelson Wolosker - Vice-presidente
Sidney Klajner - Vice-presidente

CONSELHO FISCAL

Israel Vainboim

Jacob Jacques Gelman

Roberto Bielawski

Gilberto Maktas Meiches

Michael Edgar Perلمان

MESA DIRETORA**Reynaldo André Brandt** - Presidente

Claudio Thomaz Lobo Sonder - Vice-presidente
Elias Knobel - Vice-presidente

Mario Arthur Adler - Vice-presidente
Nelson Hamerschlag - Vice-presidente

Andrea Sandro Calabi**Charles Siegmund Rothschild****Claudio Luiz da Silva Haddad****Luiz Gastão Mange Rosenfeld****SUPERINTENDÊNCIA**

Henrique Sutton de Sousa Neves
 Superintendente geral

Fernando Augusto Rodrigues Leão Filho
 Diretor executivo financeiro

Patricia Leisnock Santos
 Gerente de controladoria - CRC 1SP298724/p-3

Edson de Melo
 Contador CRC 1SP200665/O-7

DIRETORIA FINANCEIRA**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

"O Conselho Fiscal da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein no uso de suas competências legais e estatutárias, em reunião desta data, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Com base nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria e no Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de opinião que o referido documento está em perfeita ordem e reflete a posição patrimonial e financeira da Sociedade".

São Paulo, 18 de março de 2015

Israel Vainboim

Gilberto Maktas Meiches

Jacob Jacques Gelman

Michael Edgar Perلمان

Roberto Bielawski

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Conselheiros

Sociedade Beneficente Israelita Brasileira - Hospital Albert Einstein

Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira - Hospital Albert Einstein ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas

requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira - Hospital Albert Einstein em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para as Notas 14(d) e 23(e) às demonstrações financeiras que descrevem os autos de infração recebidos pela Sociedade com relação a contribuições patronais ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS). O risco de perda é considerado remoto pela administração e seus consultores jurídicos e, por esse motivo, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

São Paulo, 18 de março de 2015



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
 Contador CRC 1SP217518/O-7

